

Para senador, artigo 212 é essencial

Externando temores quanto à eficaz aplicação do artigo 212 da Constituição, que garante recursos à educação, Calmon considera o cumprimento do dispositivo "essencial para que o Brasil venha a desenvolver-se e, mais, para que tenha um desenvolvimento equilibrado". "É evidente que todos nós temos o temor de que, embora inscrito na Constituição, esse princípio venha a tornar-se mais um dos dispositivos descumpridos sistematicamente", enfatiza, lembrando como exemplo a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, que embora estivesse em várias Constituições nunca foi aplicado.

Sempre se qualificando como um simples "lutador" — "gostaria de ressaltar, ainda que nunca me considere um educador" —, Calmon durante seu

depoimento abordou também inúmeros fatos que ocorreram em sua atuação no Congresso em favor da causa. Lembrou detalhadamente os inúmeros entraves que atrasaram por alguns anos a efetivação da chamada Emenda Calmon, desde a primeira iniciativa, em 1971, até a aprovação, 12 anos depois. Empecilhos que persistiram até 1985, quando finalmente os dispositivos passaram a ser colocados em prática.

Dentre os problemas que contribuíram para mudanças de datas de votação, Calmon citou até mesmo uma partida de futebol, um clássico entre os times cariocas Flamengo e Fluminense, que acabou esvaziando o plenário pouco antes da apreciação à emenda. Apesar da vitória alcançada, e inúmeras outras, o senador não poupou al-

gumas frustrações. Dentre elas, a de não conseguir instituir os conselhos municipais de educação, bem como não ver aproveitada proposta da Comissão Afonso Arinos, que previa a reserva de um terço das vagas em universidades a estudantes carentes.

VERGONHA

Recorrendo às estatísticas, classificou como catastrófica a situação educacional brasileira ao chamar a atenção para o que considerou uma verdadeira "pirâmide da vergonha" as informações de que de cada 100 crianças apenas 18 conseguem concluir o curso primário. E o que ainda é mais grave, conforme assinalou: aproximadamente oito milhões de crianças brasileiras não têm acesso às salas de aula.